

Seminário

“O impacto da crise financeira Europeia na Defesa da UE”

“Novas iniciativas cooperativas – Pooling & Sharing: desafios e oportunidades para Portugal”

Nota de Enquadramento

A crise económico-financeira europeia está a ter e vai continuar a ter um efeito descoordenado e de grandes proporções em relação aos recursos consagrados à defesa dos vários Estados membros da UE.

Se a Europa, como um todo, não tomar acções urgentes e adequadas, de forma multinacional e coordenada, correrá o sério risco de se tornar irrelevante como actor de segurança internacional ou, o que é ainda mais grave, não ser capaz de providenciar um ambiente seguro e estável para a Europa, os seus cidadãos e para a sua vizinhança estratégica.

De facto, embora os 27 Estados membros disponham de mais de meio milhão de homens e mulheres em uniforme do que os EUA, a sua capacidade real de destacar e empregar forças em operações “expedicionárias” é muito inferior à dos EUA. Por outro lado, os Estados membros da UE, com um orçamento de defesa ligeiramente superior a 200 biliões de Euros, despendem apenas um terço por soldado do que os EUA. Além disso, no que respeita à dimensão tecnológica de defesa, que é crucial para o desenvolvimento económico e de capacidades militares e para o reforço da competitividade industrial, os EUA despendem cerca de quatro vezes mais dos que os Estados membros da UE e este quadro sombrio tende a agravar-se com o aparecimento de novas potencias emergentes (Rússia, China e Índia).

Este quadro já de si preocupante em relação à capacidade dos Estados membros para garantirem a segurança da Europa, é ainda agravado pela dinâmica da competitividade, num cenário prospectivo de progressivo desarmamento estrutural a longo prazo, em que os custos dos sistemas de armas crescem sistematicamente na ordem de 6-8% ao ano, muito acima do crescimento médio anual da despesa em investimento de equipamentos de defesa, incluindo as vertentes de I&D e aquisição (*procurement*).

Existe hoje o entendimento claro de que nenhum Estado membro, por si só, será capaz de desenvolver, produzir e operar o largo espectro de todas as capacidades de defesa necessárias para manter os níveis de prontidão, projecção, sustentação e eficácia exigíveis à sua segurança. Por isso, já a Estratégia Europeia de Segurança advogava em

2003 a necessidade de promoção de um espírito de cooperação e de acção multinacional no quadro da Política Europeia de Segurança e Defesa.

Conscientes desta problemática, os principais decisores políticos e militares da UE, alicerçados na flexibilidade e nas oportunidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa, têm vindo a desenvolver novos conceitos e iniciativas cooperativas, promotoras de economias de escala no processo de desenvolvimento de capacidades militares robustas, flexíveis e interoperáveis, que garantam os desejáveis níveis de eficácia, prontidão, projecção e sustentação de forças.

Estas preocupações estão bem patentes e têm sido dominantes não só na Estratégia Europeia de Segurança de 2003 (pag 11), no Tratado de Lisboa (Artº 2 b) do Protocolo nº 10 relativo à Cooperação Estruturada Permanente, como nas conclusões do Conselhos Europeus subsequentes a este Tratado¹, a par de iniciativas semelhantes que têm vindo a ser tomadas no âmbito da NATO, aqui com a designação genérica de *Smart Defence - NATO Multinational and Innovative Approaches*. Todas estas iniciativas apontam no sentido de se encontrarem soluções inovadoras e criativas ao nível do desenvolvimento de capacidades civis e militares, que aumentem a eficiência operacional, promovam sinergias, reduzam custos e minimizem duplicações desnecessárias e inúteis.

Neste contexto, a Europa tem assistido a diversas iniciativas bilaterais e multilaterais, as mais das vezes desconexas, em relação ao desenvolvimento de capacidades e a um renovado interesse pelos conceitos de *pooling & sharing*. Todavia, com excepção no respeitante à participação conjunta nos agrupamentos táticos (*battlegroups*) e na constituição da futura Frota Europeia de Transporte Aéreo (Acordo de Programa assinado em 23 de Maio de 2011), poucas e pouco relevantes têm sido as iniciativas no âmbito dos actuais instrumentos enquadrantes da UE.

Na sequência do processo de Ghent (reunião informal dos Ministros da Defesa, Setembro de 2010), com base numa proposta conjunta da Alemanha e Suécia, o Conselho Europeu de Dezembro de 2010 endossou o compromisso de urgentemente se trocar informação e reforçar a transparência sobre as análises dos impactos dos cortes na defesa e de se avaliarem as potencialidades e opções para *pooling & sharing*, tendo em vista a sustentação da ambição da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Os trabalhos em curso no âmbito da UE (Comité Militar e Agência Europeia de Defesa), com a participação dos Estados membros, apontam no sentido de se definirem os critérios, sectores e serviços aos quais se podem aplicar os conceitos de *pooling & sharing*.

¹ Dezembro de 2008, Dezembro de 2010 associado ao processo de Ghent de Maio de 2011 e à “*Weimar Letter*” dos Ministros de Negócios Estrangeiros e Ministros da Defesa de França, Alemanha e Polónia, de 6 de Dezembro de 2010. Em Setembro de 2011 a Itália e Espanha subscreveram a *Weimar Letter*.

Embora o mix ideal para o sucesso destas iniciativas seja difícil de definir neste momento, é inegável que algumas variáveis tais como proximidade regional, dimensão geográfica similar, cultura estratégica comum, cooperação política pré-existente e relações industriais no âmbito da defesa, constituem factores multiplicadores de capacidades e facilitadoras destas novas iniciativas cooperativas, as quais devem ser analisadas e exploradas no quadro dos trabalhos em curso nas diversas instituições da UE.

As cooperações regionais e sub-regionais assumem assim uma importância inequívoca e um quadro privilegiado onde os Estados mais pequenos poderão também exercer a sua influência, sem prejuízo da sua visão estratégica.

Neste contexto, foi identificada a necessidade de superar os actuais níveis de cooperação entre os Estados-Membros no âmbito da PCSD, reconhecendo-se que a actividade de *pooling & sharing* constituiu simultaneamente um meio-chave de mitigação dos efeitos dos cortes orçamentais e um grande desafio no sentido da racionalização estrutural do processo de capacitação militar, facilitador de uma efectiva Europa da defesa e economia da defesa. A Agência Europeia de Defesa foi mandatada para identificar possíveis áreas para *pooling & sharing* e suas implicações e oportunidades para a base tecnológica e industrial europeia de defesa.

Será que Portugal está atento e saberá aproveitar, em devido tempo, a evolução e potencialidades destes novos conceitos e as iniciativas inovadoras de cooperação já em curso, sobretudo no que respeita ao reforço do processo de transformação das forças armadas e aos desafios e oportunidades para a nossa base tecnológica e industrial de defesa? Haverá implicações para o conceito tradicional da nossa soberania que importa relevar e salvaguardar? Poderá a dimensão regional atlântico-mediterrânica de Portugal facilitar condições para a exploração de possibilidades de especialização (*niche capability*) e de *pooling & sharing* com outros Estados membros, com os benefícios de aumento de eficiência operacional e redução de custos daí advenientes?

Atento a esta problemática, com vista a colocar em prática um verdadeiro debate e propor soluções e caminhos concretos que permitam o relançamento de uma real cooperação europeia, através da sua vertente de capacidades de defesa e do fortalecimento da base tecnológica e industrial nacional, o EuroDefense-Portugal, o IDN, a Fundação AIP, a EMPORDEF e a DGPDN organizam um Seminário subordinado ao tema ***“O impacto da crise financeira na Defesa da Europa. Novas iniciativas cooperativas - Pooling & Sharing: desafios e oportunidades para Portugal”***.

O Seminário será realizado em duas Fases, interligadas embora distintas nos seus objectivos, separadas por um pequeno hiato de tempo. A Fase 1, a realizar em 23 de Novembro de 2011, será mais conceptual, doutrinária e de “policy”, abrangendo as

áreas da política em geral, economia e segurança e defesa. A Fase 2, que terá lugar em Março de 2012, será mais focalizada para o interesse nacional, dando a devida ênfase à importância da dimensão regional/sub-regional no contexto da cooperação Europeia de Defesa, com uma larga abrangência interministerial e multidisciplinar, incluindo o tecido empresarial/industrial em geral e não apenas circunscrito às indústrias de defesa.